

# Sumário

<b>Introdução – Por um Novo Método de Ensino do Direito Penal .....</b>	<b>1</b>
1. Observação Inicial.....	1
2. Materialismo Histórico-Dialético.....	2
3. Ruptura Epistemológica.....	6
4. Saber Jurídico Crítico e Saber Jurídico Instrumental.....	8
<b>Unidade I – Introdução Crítica ao Direito Penal.....</b>	<b>11</b>
1. Controle Social (Normas, Ilícitos e Sanções).....	11
2. Ordem Social, Ordem Jurídica e Ordem Jurídico-Penal .....	14
2.1. Caráter Fragmentário do Direito Penal .....	15
2.2. Caráter Subsidiário do Direito Penal .....	18
CRÍTICA – Hipertrofia Penal.....	21
CRÍTICA – Direito Penal do Terror.....	22
3. Conceito Formal (Direito Penal Objetivo) .....	24
4. Missão do Direito Penal.....	25
4.1. Proteção Subsidiária e Fragmentária de Bens Jurídicos (Claus Roxin)..	25
4.2. Proteção dos Valores Ético-Sociais da Ação (Hans Welzel).....	27
4.3. Proteção da Vigência da Norma Jurídico-Penal (Günther Jakobs)	29
CRÍTICA – Funções Manifestas e Latentes do Direito Penal.....	34
CRÍTICA – A Falsa Universalidade do Bem Jurídico.....	38
CRÍTICA – A Seletividade Qualitativa do Direito Penal.....	45
5. Características do Direito Penal .....	57
5.1. O Direito Penal é Parte Integrante do Direito Público.....	57
5.2. O Direito Penal é Um Regulador Externo de Condutas.....	59
5.3. O Direito Penal Possui um Caráter Predominantemente Sancio-	
nador .....	61
6. Autonomia do Direito Penal .....	63
7. Finalidade Preventiva da Pena .....	64
CRÍTICA – A Ineficácia Dissuasória da Ameaça da Pena .....	65
CRÍTICA – O Fracasso Da Prisão (quanto aos seus objetivos decla-	
rados).....	67
CRÍTICA – A Crise da Ideologia do Tratamento Ressocializador...	74
CRÍTICA – O Êxito Histórico da Prisão (Quanto aos seus	
Objetivos Reais).....	78
8. Pistas de Trabalho (Para o Andamento de Nosso Curso) .....	90

<b>Unidade II – Sinopse Histórica das Idéias Penais .....</b>	<b>95</b>
1. Consideração Inicial.....	96
2. Vingança Divina.....	97
3. Vingança Privada .....	100
3.1. Talião.....	101
3.2. Composição.....	103
4. Vingança Pública.....	105
CRÍTICA – A Descontinuidade Histórica (Walter Benjamin).....	106
CRÍTICA – A Releitura de Foucault em “a Verdade e as Formas Jurídicas” .....	108
5. Conclusão Parcial .....	109
CRÍTICA – A Descontinuidade Histórica em Direito Penal.....	112
6. Modelo Inquisitorial de Justiça Penal (“Antigo Regime”).....	114
7. Modelo Jusracionalista de Justiça Penal (Período “Humanitário”).....	118
CRÍTICA – A Releitura de Foucault em “Vigiar E Punir” .....	125
CRÍTICA – O Controle Penal Nas “Sociedades de Controle” (Gilles Deleuze) .....	133
8. Escola Clássica de Direito Penal (“Classicismo Penal”) .....	136
9. Escola Positiva de Direito Penal (“Positivismo Penal”).....	142
10. Conclusão Final: a Falsa Oposição Entre Classicismo e Positivismo Penal..	150
<b>Unidade III – Ciências Penais .....</b>	<b>155</b>
1. Tripartição das Ciências Penais .....	155
2. Criminologia .....	156
2.1. Criminologia Positivista (Paradigma Etiológico) .....	156
2.1.1. Postulados Fundamentais.....	157
2.1.2. Visão Crítica .....	162
2.2. Criminologia Interacionista (Paradigma da Reação Social).....	166
2.2.1. Postulados Fundamentais.....	167
2.2.2. Visão Crítica .....	176
2.3. Criminologia Crítica ou Radical (“Nova Criminologia”).....	178
2.3.1. Postulados Fundamentais.....	181
2.3.2. Visão Crítica .....	185
2.4. Rumo a uma Criminologia Dialética.....	188
3. Política Criminal .....	190
3.1. Política Criminal Tradicional.....	191
3.2. Política Criminal Alternativa .....	193
3.2.1. Abolicionismo Penal .....	196
3.2.1.1. Exposição Geral .....	196
3.2.1.2. Principais Críticas .....	205
3.2.1.3. Conclusões Parciais .....	215

3.2.2. Direito Penal Mínimo (Minimalismo Penal).....	220
3.2.2.1. Exposição Geral .....	220
3.2.2.2. Teoria do Garantismo Penal (Luigi Ferrajoli) .....	223
3.3. Política Criminal Reacionária (“Lei E Ordem”) .....	226
CRÍTICA – A Globalização da Política de “Tolerância Zero” (Loïc Wacquant).....	229
3.4. Rumo ao Minimalismo Radical (Zaffaroni/Baratta).....	231
4. Dogmática Jurídico-Penal (Ciência do Direito Penal) .....	239
4.1. Conceito .....	239
4.2. Dogmática Jurídica Tradicional (Positivista).....	241
4.2.1. Objetividade da Lei .....	242
4.2.2. Neutralidade do Intérprete .....	243
4.3. Dogmática Jurídica Crítica (Pós-Positivista) .....	246
4.3.1. O Poder da Ideologia (Teorias Críticas do Direito).....	248
4.3.2. O Fenômeno da “Pré-Compreensão” (Hermenêutica Filosó- fica).....	249
4.3.3. Interpretação Principiológica .....	253
4.3.4. “Filtragem Constitucional” .....	255
4.4. Rumo a uma Nova Dogmática Penal (Dimensão Positiva das Teo- rias Críticas).....	257
<b>Unidade IV – Princípios Penais Constitucionais</b> .....	263
1. Introdução.....	263
1.1. “O Direito Penal é a expressão fiel de uma determinada concepção do Estado” .....	263
1.2. “O modelo de Estado adotado pela Constituição Federal de 1988 é o modelo de Estado Social e Democrático de Direito” .....	264
1.3. “Princípios penais de garantia são os limites ao poder de punir des- te Estado Social e Democrático de Direito”.....	265
2. Princípio da Legalidade ou da Reserva Legal ( <i>Nullum Crimen, Nulla Poena Sine Lege</i> ).....	267
2.1. Significado Jurídico (Art. 5º/CF, Inc. XXXIX, c.c. Art. 1º/CP).....	267
2.2. Origem Histórica.....	269
2.3. Importância Política (Reserva Absoluta da Lei).....	272
CRÍTICA – As Medidas Provisórias e o Princípio da Legalidade....	274
CRÍTICA – A Inconstitucionalidade das “Normas Penais em Branco”..	276
3. Desdobramentos do Princípio da Legalidade .....	286
3.1. Princípio da Irretroatividade da Lei Penal ( <i>Nullum Crimen, Nulla     Poena Sine Lege Praevia</i> ).....	287
CRÍTICA – A Inconstitucionalidade do Art. 3º/CP (Leis Temporá- rias e Excepcionais) .....	294

CRÍTICA – “Lex Mitior” em “Vacatio Legis” e Variações da Jurisprudência Penal .....	295
3.2. Princípio da Exclusão dos Costumes ( <i>Nullum Crimen, Nulla Poena Sine Lege Scripta</i> ).....	299
3.2.1. <i>Costume In Malam Partem</i> .....	299
3.2.2. Função Interpretativa.....	299
3.2.3. <i>Costume In Bonam Partem</i> .....	301
CRÍTICA – A Questão da Admissibilidade do Desuso .....	302
3.3. Princípio da Proscrição da Analogia ( <i>Nullum Crimen, Nulla Poena Sine Lege Stricta</i> ).....	305
3.3.1. <i>Analogia in Malam Partem</i> .....	305
3.3.2. <i>Analogia in Bonam Partem</i> .....	307
CRÍTICA – Interpretação Extensiva e Analogia .....	308
3.4. Princípio da Taxatividade da Lei Penal ( <i>Nullum Crimen, Nulla Poena Sine Lege Certa</i> ).....	310
4. Princípio da Intervenção Mínima ( <i>Nulla Lex Poenalis Sine Necessitate</i> )..	318
5. Princípio da Ofensividade ou da Lesividade ( <i>Nullum Crimen Sine Iniuria</i> ) .....	324
CRÍTICA – Sociedade de Risco, Administrativização do Direito Penal e Direito Penal Simbólico .....	339
6. Princípio da Adequação Social (Hans Welzel).....	344
7. Princípio da Insignificância ou da Bagatela (Claus Roxin).....	348
8. Princípio da Responsabilidade Penal Pessoal (Intranscendência da Pena) ..	356
9. Princípio da Responsabilidade Penal Subjetiva.....	361
10. Princípio da Culpabilidade ( <i>Nulla Poena Sine Culpa</i> ).....	364
CRÍTICA – A Admissão da Tese da “Co-Culpabilidade” (“Culpabilidade Pela Vulnerabilidade”).....	366
11. Princípio da Individualização da Pena.....	369
12. Princípio da Racionalidade ou da Humanidade da Pena.....	373
13. Princípio da Proporcionalidade da Pena (“Proibição de Excesso”).....	379
CRÍTICA – Falácia Garantista, Proibição de Insuficiência e Garantismo Positivo .....	384
<b>Conclusão: Uma Conversa Mais Restrita Ao Âmbito Pessoal</b> .....	391
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	397